

Ativismos no Brasil em Junho de 2013 entre novidades e antigos repertórios

Chrystian Wilson Pereira¹

Resumo: Em Junho de 2013, protestos populares persistentes e de escala nacional persistiram – algo até então inédito no século XXI. Em uma diversidade de ideologias e contradições, entre cartazes e cânticos, acontecia inédita utilização do ciberespaço para politizar demandas. Há como identificar a combinação entre novidades e antigos conceitos e estratégias nos repertórios de ação coletiva emergentes nos protestos populares em Junho de 2013? Utilizando-se de ferramentas das Teorias do Confronto Político e da noção de repertórios de ação coletiva (Charles Tilly), analisa-se que a retomada do confronto político em âmbito nacional naquele ano, após um período de relativa baixa mobilização popular desde os anos 1990, possibilitou a emergência de uma "nova esquerda" com programa combativo, mas também a mobilização (incomum até então) de indivíduos e grupos com visões ambíguas de matriz liberal, teor conservador ou frontalmente oposicionista ao sistema político e aos governos petistas. A partir da análise de *slogans*, constata-se que os repertórios de confronto ou ação coletiva observados em Junho de 2013 trouxeram demandas, insatisfações e estratégias de ação já visíveis nos grandes protestos de rua e nos movimentos de linha mais combativa dos anos 1980 e 1990. Contudo, adotaram também novos repertórios de confronto baseados em um ativismo flexível e dito como "autonomista", destacando-se a expressão de interpretações liberais, individualizantes e emocionais do campo dos direitos sociais.

Palavras-chave: Junho de 2013; Protestos Populares; Confronto Político.

Este ensaio indaga em que medida houve mudanças históricas significativas nos repertórios de ação coletiva dos protestos de rua no Brasil, a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013. Nesse mês, multidões indignadas se espalharam pelas áreas urbanas de norte a sul do país, originando revoltas populares potentes, persistentes e de escala nacional – algo até então inédito no século XXI. Esses protestos se caracterizaram por abrigar uma diversidade de ideologias e contradições. Performances contestatórias nas ruas, repletas de cartazes, bandeiras e cânticos, aconteciam ao mesmo tempo que uma inédita utilização das redes cibernéticas (ao menos naquela dimensão) como instrumentos para politizar, convocar e amplificar demandas. Em contraste com os movimentos sociais do século XX, que levavam meses ou anos para atingir uma dimensão semelhante e dependiam da mobilização de base através de panfletos, manifestos orais, comícios e outras estratégias envolvendo uma lenta

¹Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC).

pedagogia política, os protestos de 2013 se valeram de veículos de comunicação "autônomos, reprogramáveis e amplificadores" sem precedentes (CASTELLS, 2013, p.8-19).

Desde então, o período conhecido como "Junho de 2013" foi caracterizado como um momento-chave de reconfiguração da ação coletiva e dos movimentos sociais no Brasil. Teria ele trazido uma atualização de antigos repertórios de confronto, ao mesmo tempo em que deu origem a novas formas de atuação e estéticas de contestação? A emergência do *longo* Junho de 2013 teve diferentes camadas político-temporais. No seu alvorecer, a reclamação pelo "direito à cidade" em torno do Passe Livre se manifestou como um levante popular de proporções e repercussões inesperadas, mas com um horizonte ideológico coeso, construído majoritariamente no campo progressista. A ênfase era nos problemas enfrentados pelas regiões hiperurbanizadas e tendo como ponto de partida o aumento das tarifas do transporte público. Estes protestos tiveram que enfrentar a marginalização e a intensa repressão militarizada, fortemente divulgada, documentada e denunciada. A partir daí, as mobilizações evoluíram para um fenômeno imagético, televisionado e disseminado por cidades de todas as regiões, especialmente nas grandes avenidas. Parte significativa da sociedade passou a apoiar as causas de insatisfação, ampliando as questões tratadas nos confrontos de ruas. A mídia tradicional, antes repreendendo as mobilizações, passou a fazer papel de propaganda dos levantes enquanto tentava enquadrá-los e direcionar seus próximos passos, ditando o que neles seria "vandalismo" e o que seria legítimo. Indivíduos que até então estavam distantes da militância ou do ativismo político mais combativo acabaram indo para as ruas, que incorporaram repertórios ideológicos mais à direita, liberais e/ou conservadores e demandas de classe média.

Na segunda etapa desse cenário, a enérgica censura midiático-militar às revoltas perdeu sua credibilidade, abrindo espaço para um processo de interseccionalização e unificação de demandas. Uma poderosa amplificação nacional das performances emergiu, abordando, entre outras questões, a crise de legitimidade nos canais de representação, a corrupção e as deficiências na construção de um Estado de Bem-Estar Social. Nesse contexto, ocorreu uma notável transformação, com indivíduos que jamais haviam participado de outros protestos engajando-se nas manifestações. Estavam motivados por diferentes bandeiras políticas, entretanto, princípios morais e sentimentos pareciam predominar sobre antigas

divisões típicas dos movimentos sociais, como critérios de classe, profissão, raça, gênero ou filiação partidária.

Na sua derradeira e conclusiva fase, um acirrado conflito pela canalização das energias emanadas dos territórios urbanos alcançou seu ápice em meio a um cenário de dispersão, entrelaçando disputas ideológicas e subgrupos, e abrindo uma brecha oportuna para o surgimento de oposições aos projetos políticos então vigentes. Ao cabo, os precursores desses protestos - os jovens do Movimento Passe Livre – cederam lugar a subgrupos e ideologias que se uniram posteriormente nas ruas, com vertentes mais conservadoras, liberais e performáticas. Importa salientar que os movimentos sociais frequentemente não se restringem a eventos isolados, mas antes, desdobram-se em ciclos nos quais os primeiros insurgentes semeiam o ímpeto da mobilização, desencadeando uma disputa pelo reconhecimento. Isso foi precisamente observado a partir de Junho, com a eclosão de protestos de rua que se estenderam ao longo dos anos seguintes e utilizaram repertórios de confronto semelhantes aos de 2013.

A abordagem dos "repertórios de ação coletiva" é uma fator fundamental na obra de Charles Tilly, cientista político e sociólogo estadunidense, situada no âmbito das Teorias do Confronto Político. Esta abordagem tem como objetivo explorar os padrões de ação coletiva que emergem em momentos e ciclos específicos de luta social, reconhecendo o conflito político como um fator que molda a vida social. Esses conflitos ocorrem historicamente em janelas de oportunidade que podem ser analisadas, respaldados por estruturas de mobilização disponíveis (ALONSO, 2012). Em essência, os repertórios de ação coletiva consistem em um conjunto de ferramentas, métodos e expressões simbólicas e materiais utilizadas para manifestar demandas e reivindicações por parte dos grupos sociais envolvidos. Em outras palavras, representam as formas pelas quais as pessoas se unem para expressar seus interesses e se envolver ativamente nas mudanças sociais que almejam. Este ensaio segue esta perspectiva.

É importante ressaltar que a transformação cultural tem um papel fundamental na evolução dos repertórios de ação política. As estratégias disponíveis para grupos reclamantes mudam de acordo com a sociedade, o regime político e as demandas vigentes. A exemplo, táticas de guerrilha e protestos de rua podem ter funções completamente distintas em contextos de regimes autoritários e democracias representativas – podendo ser determinadas estratégias mais ou menos vantajosas para os grupos que reclamam mudanças, reações ou

demandas. Pergunta-se, portanto: há como identificar, na perspectiva de uma História do Tempo Presente que dialoga com as Teorias do Confronto Político, novidades nos repertórios de ação política emergentes nos protestos populares em Junho de 2013? Quais transformações e/ou permanências trariam em relação aos protestos de rua que aconteciam até o final do século XX?

Neste estudo, defendem-se duas ideias centrais. Primeiramente, argumenta-se que Junho de 2013 trouxe uma retomada do confronto político em âmbito efetivamente nacional, após um período de baixa mobilização popular², esvaziamento político das ruas e disseminação de práticas de negociação e institucionalização nas duas décadas anteriores. Junho trouxe à tona a mobilização de indivíduos distintos daqueles que costumavam se militar combativamente nas ruas brasileiras até os anos 1990 – inclusive com orientações mais à direita, incomum até então. Isto ocorreu em meio a profundas transformações culturais no país. Em segundo lugar, constata-se que os repertórios de confronto ou ação coletiva observados em Junho de 2013 envolveram demandas ideológicas e insatisfações antigas, já presentes nos grandes ciclos de confronto dos anos 1980 e 1990, com poucas inovações em termos ideológicos ou programáticos. Contudo, adotaram repertórios de ação coletiva baseados em um ativismo flexível e dito como “autonomista”, que tende a incorporar interpretações liberais, individualizantes e emocionais do campo dos direitos humanos, menos focadas em percepções sobre soberania coletiva, solidariedade ou justiça social (HOFFMANN, 2019).

Entende-se que nem toda política é de confrontação: ela pode envolver a luta pela construção de consensos ou atividades de institucionalização (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). O Brasil após a Ditadura Militar assistiu a uma combinação entre práticas de consenso/negociação e confronto. Os anos 1980 constituíram tempos de lutas importantes na defesa da democratização do país com grupos, do centro à esquerda, que lançaram mão de repertórios de confronto como protestos de rua, greves nacionais e manifestações. Este contexto de mobilizações da sociedade civil ao findar de um período autoritário, com forte protagonismo de forças progressistas no país, envolveu demandas orquestradas em torno da

² A baixa mobilização popular e de protestos de rua a partir da segunda metade dos anos 1990 não exclui importantes exceções, entre as quais destacamos os confrontos protagonizadas pela atuação do Movimento dos Sem-Terra dos anos 1990 e a própria luta do Passe Livre desde a Revolta do Buzu em Salvador (2003) e a fundação oficial do coletivo (2005), com manifestações importantes em todo o país durante todos os governos petistas e em várias cidades do país.



luta por eleições diretas e uma nova Constituição para o país, mas também reclamações e subgrupos de forte orientação classista ou “identitárias” (como as centrais sindicais, o Movimento dos Sem-terra e as mobilizações do Partido dos Trabalhadores, ou os movimentos negro e indígena, entre outros). No início dos anos 1990, manifestações de rua e confrontos políticos de classe continuariam a marcar o conturbado período de governo de Fernando Collor de Mello, o primeiro eleito diretamente por pleito popular após a Ditadura Militar, em um contexto de persistente hiperinflação e corrosões salariais, mas ainda sem transformações significativas nos repertórios de ação coletiva, que continuavam a constituir manifestações, marchas, greves e protestos com forte protagonismo do trabalho de base da esquerda e das centrais sindicais. Posicionamentos mais à direita, como se sabe, permaneceram por longos anos longe das grandes movimentações sociais e combativas durante os primeiros anos de redemocratização.

Danilo Enrico Mastuscelli (2019) traz à luz um importante aspecto da dinâmica política dos anos 1990, no qual se observou uma crescente inclinação das organizações sindicais e movimentos de esquerda em direção a uma abordagem mais negocial e propositiva, em contraposição a uma postura outrora mais combativa e revestida de caráter classista. Esse período testemunhou, de forma notável, um declínio das manifestações populares nas ruas, que até então se mostravam instrumentos de excelência no cenário político de confronto. Particularmente ilustrativo desse processo é o Partido dos Trabalhadores (PT), que gradativamente adotou a ênfase no sucesso eleitoral, buscando aumentar sua presença nas esferas parlamentares e conquistar posições governamentais em âmbito municipal e estadual. O ápice dessa trajetória ocorreu nos anos 2000, quando o PT obteve a vitória nas eleições presidenciais do Brasil, consolidando uma prática de participação institucionalizada. Isso implicou na inserção de antigos militantes na estrutura estatal para a implementação de políticas públicas e na promoção de novas questões na agenda governamental.

Essa mudança de atuação política trouxe consigo avanços significativos em termos democráticos, notadamente no que diz respeito ao fortalecimento do Ensino Superior, a implementação de políticas de ações afirmativas e a ampliação das proteções às mulheres. No entanto, como ressalta Gohn (2019), também acarretou efeitos colaterais dignos de reflexão. As práticas de participação institucionalizada podem ter, inadvertidamente, transformado o cidadão em mero cliente do Estado, afastando-o de sua genuína condição de ator político. Além disso, esse processo pode ter contribuído para uma desconexão geracional entre

representantes governamentais e movimentos sociais, afastando-os das necessidades e realidades cotidianas da população, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Lembram McAdam, Tarrow e Tilly (2009) que os repertórios de confronto não são uma propriedade exclusiva dos atores do movimento, e que sua eficácia se encontra na capacidade de pegar desprevenidos autoridades ou oponentes e criar custos a interesses já estabelecidos. Como já se afirmou, subgrupos importantes da política nacional, de orientação democrática e progressista, modificaram suas estratégias ao longo dos anos 1990 e 2000, tendendo a abandonar parte de suas inclinações confrontadoras, institucionalizar demandas e focar na via eleitoral-parlamentar. Isto aconteceu, é importante afirmar, em um período marcado por abandonos globais de ideologias revolucionárias e classistas, além de uma forte crise dos paradigmas socialistas (e mais especialmente do marxismo) após o fim da Guerra Fria, bem como de avanço das ideias e práticas tidas como neoliberais – conhecidas por “normalizar” a economia de mercado e a democracia parlamentar.

Chegou-se a 2013 com uma situação de esvaziamento das ruas, outrora politizadas por subgrupos que agora estavam em contextos institucionais ou que abandonaram táticas de confronto. Esta é uma transformação cultural e política importante. Governos e partidos de espectro enquadrado mais à esquerda no Brasil (e mais amplamente na América Latina) tiveram que lidar historicamente com golpes de Estado, práticas de criminalização e severa repressão/violência política, de tal forma que os sucessos eleitorais e governamentais do Partido dos Trabalhadores configuram um ineditismo importante na História do Brasil. Este novo contexto colocou estes grupos e militantes, anteriormente “eternos opositoristas”, como situação política dentro de coalizões e negociações no sistema político presidencialista.

Marcelo Ridenti (2018) argumentou, alguns anos após Junho de 2013, que os governos petistas buscaram políticas com a menor resistência política possível, evitando confrontos com o sistema e priorizando a conciliação, "com muito financiamento público e o reforço do mercado interno". Para Ridenti, essa abordagem possibilitou a melhoria das condições para os setores populares, resultando em ascensão social, ao mesmo tempo em que agradava às classes dominantes que se beneficiavam do progresso econômico nacional. Contudo, o sociólogo aponta que, em 2013, essa capacidade reformista chegou ao esgotamento, gerando frustração, especialmente nos setores sociais médios, devido a expectativas frustradas, inseguranças acumuladas e mudanças culturais significativas, como o



aumento da escolaridade e a ampliação do acesso à informática na população. O vácuo deixado nas ruas e o abandono das táticas de confronto em nome de negociações e conciliações institucionais, aliados ao facilitamento do ativismo digital como resultado da “Quarta Revolução Industrial”, bem como expectativas sociais frustradas, formam algumas das condições que explicam como se chegou até Junho de 2013.

Somado a essas questões, a ascensão do Movimento Passe Livre (MPL) foi uma importante novidade no cenário político brasileiro do século XXI. André Singer (2013) destaca o caráter ideológico anticapitalista do coletivo, denominando-o de "nova esquerda". É relevante lembrar que importantes manifestações e protestos em nome do Passe Livre já aconteciam desde a Revolta do Buzu em Salvador em 2003, e o MPL já realizava manifestações importantes anteriores. Portanto, havia um campo de experiências acumulativas em torno da questão da Tarifa, que se mostrou significativa no contexto da hiperurbanização brasileira, e não surgiu somente em Junho de 2013. Embora não haja elementos suficientes para afirmar que todos os ativistas do MPL se enquadravam no campo da esquerda, a fundação do movimento já indicava uma retomada das ruas como campo de confronto político à esquerda, rejeitando a priorização da via parlamentar ou institucional que havia sido adotada por boa parte do campo progressista no Brasil. A Carta de Princípios do movimento, datada de 2005, já delineava algumas destas linhas de atuação do MPL:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero dentro das nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações. [...] A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas. O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários). [...] O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação



cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.³

Uma análise da primeira fase de Junho, protagonizada pelo Movimento Passe Livre, revela a combinação entre velhas e novas estratégias de ação coletiva. De um lado, parte do Movimento reclamava para si um caráter mais combativo e classista, rechaçando a participação institucionalizada e denunciando a cooptação por forças governistas. Muitas das estratégias usadas pelos manifestantes em protestos antes e durante 2013 eram velhas conhecidas dos repertórios socialistas e sindicalistas: paralisação de avenidas, marchas de rua, confrontos diretos contra forças policiais, ocupações no espaço urbano, utilização de mídias alternativas. Mas à medida que estes repertórios de ação perdiam eficácia, poder mobilizador e capacidade de surpreender (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009), novos elementos cresceram de forma surpreendente já no início de Junho de 2013. Por um lado, o uso de *fanpages* e eventos criados em redes sociais, especialmente no *Facebook*, tornaram possíveis a articulação simultânea e múltipla de protestos, ocupações e marchas em vários pontos das cidades e depois de todo o país, bem como a rápida reorganização de táticas e estratégias diante de condições imprevistas ou contextos favoráveis à repressão.

Por outro lado, a flexibilização do protesto político e a disseminação do chamado “repertório autonomista” tornaram a contestação menos dependente do trabalho hierarquizado de bases militantes, partidos, centrais sindicais e velhos instrumentos verticalizados de convencimento político e convocação. Entretanto, isso também tornou movimentos populares mais vulneráveis a influências externas, a infiltrações de subgrupos e à difusão de diversas pautas, resultando em dispersão e multiplicação, o que, por sua vez, facilitou a ação de grupos considerados mais “extremistas”. Em Junho de 2013, foram observados tensionamentos causados por alguns manifestantes que recorreram a estratégias de destruição patrimonial. O paradigma autonomista de insatisfação torna difícil identificar em que grau certas ações podem ou não ser atribuídas a um coletivo ou movimento. A multiplicação da tática *black bloc* e o uso de expedientes mais violentos e de ação direta, não necessariamente associadas ao Movimento Passe Livre, mas que “surfaram” na onda aberta por aqueles jovens, também se tornaram novidades nos repertórios de confronto político usados no Brasil em contexto democrático. É importante destacar que a disseminação facilitada de dados e o caráter

³ Disponível em <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em 23 de julho de 2023.



aberto do ciclo de protestos possibilitaram ações que exaltam a criatividade e a inventividade política, fora dos quadros rígidos de militância. No entanto, esse cenário também pode levar à atomização e dispersão dos manifestantes, como se discutirá mais tarde neste ensaio.

Angela Alonso (2017) destacou o repertório autonomista como uma grande novidade nos protestos de 2013. Esse repertório se caracteriza, segundo a autora, também pela negação generalizada de lideranças e hierarquias, performances cênicas e uso de expressões artísticas. No decorrer do mês, durante o qual ganhou força uma batalha pela capitalização política da janela de oportunidades, a força do repertório autonomista tornou-se mais evidente. Uma breve análise dos cartazes e *slogans* que se multiplicaram ao longo do mês de junho de 2013, especialmente nos seus últimos dois terços, revela o quanto a adesão ao repertório autonomista se intensificou durante esse período. Esta análise demonstra performances inventivas, por vezes despreziosas, em uma multidão de indivíduos comovidos por demandas coletivas, mas com identificações e pertencimentos ideológicos mais frouxos, muitos dos quais sem uma linha orgânica de interpretação ou coesão programática ou ideológica.

No dia 07 de junho, em São Paulo, registros fotográficos do acervo "Grafias de Junho" indicam refrões como "3,20 é roubo", "Passe livre é um direito" e "Bora pular a catraca". A pauta do transporte ainda dominava os *slogans* dos cartazes. Em 11 de junho, em Belo Horizonte, já se percebe um alargamento de pautas através dos registros. Alguns cartazes proferiam mensagens como: "Escola que o professor não aprende com o aluno é Ditadura"; "Que tristeza, você censura a natureza" e "Liberdade de expressão... eles vão tirando e você nem percebe". As pautas agora incluíam críticas ao sistema educacional, denúncias da "cultura do estupro", do machismo e outras demandas. No dia 13 de junho, tanto em São Paulo quanto em Belo Horizonte, o alargamento e a diversificação ideológica e de demandas tornaram-se ainda mais evidentes. Há menções à repressão policial dos manifestantes e críticas diretas ao governador Alckmin e ao prefeito Haddad (que então geriam, respectivamente, o estado e a cidade de São Paulo). Além disso, pedidos de um "Estado Laico" e uma "reforma política" ganharam espaço, assim como *slogans* anticorrupção de tom mais moralizante, como "Condenados do Mensalão, imediata prisão".

No dia 17, no Rio de Janeiro, apareciam críticas à grande mídia, especialmente à Rede Globo e à Veja; "elas não me representam". No dia 18, em Belo Horizonte, observam-se críticas à atuação policial: "Você, fardado, também é explorado". À medida que os protestos



prosseguiam, passou-se a expressar um oposicionismo direto e mais violento (“Vem pra rua, presidenta”; e também “Dilma, sua puta”) e tons liberais e de reclamação (“Reforma política, transparência, democracia mais ampla, Judiciário eficiente”, no dia 18), voltados à cobrança da eficiência do Estado tal como uma empresa.

Em 26 de junho, há críticas à violência em Florianópolis: “Manifestação pacífica, reivindicações sérias”, mas também bandeiras com teor antissistema em São Paulo: “Quando a lei é injusta, o correto é desobedecer”. Em 27 de junho, aparecem indícios de insatisfações mais conservadoras e individualizantes nos cartazes, como “PEC 33? Eu quero é um PS4!” em João Pessoa e “Fora bandeiras dos partidos, aqui é o povo e não um comício” em Maceió. Essa diversidade de *slogans* e insatisfações permite a percepção da amplitude e da complexidade das demandas nos protestos de 2013 no Brasil, mas não revela a existência de grandes novidades históricas em seu conteúdo ideológico e nas suas demandas mais explícitas.

Denúncias do “inferno urbano” (CHAUI, 2013) vivido nas grandes cidades brasileiras já eram feitas nos protestos dos anos 1980 – não havendo ineditismo no debate sobre urbanização, acessibilidade, periferização e (in)eficiência de políticas públicas. Discussões sobre o papel do Estado, os serviços públicos, a construção de um possível Estado de Bem-Estar Social e a questão das mulheres, entre outros temas, já eram levantados por movimentos populares urbanos, movimentos sociais “identitários” e o sindicalismo desde o final da Ditadura. Campanhas pela ética na política ou anticorrupção foram importantes pautas do movimento “Fora, Collor” e dos Caras Pintadas, além de terem simpatia e adesão pela grande mídia brasileira.

Em 2013, no entanto, houve um campo que revelou ambiguidades complexas: o liberalismo. Seu conteúdo ideológico não pode ser facilmente delimitado em uma dicotomia entre conservadorismo e progressismo. Ao longo dos eventos de Junho, a crítica liberal manifestou-se de maneiras diversas. Em certos momentos, o liberalismo se fez presente na defesa das liberdades individuais consagradas na Constituição, como os direitos de expressão, manifestação e associação. Especialmente quando os manifestantes alegavam lutar por direitos “naturais” e expressavam solidariedade às vítimas da repressão policial. Em outros momentos, a perspectiva liberal surgiu como uma crítica à ineficiência do setor público, defendendo um Estado supostamente mais enxuto, que deveria se relacionar de forma eficaz com os cidadãos, numa visão nitidamente mercantilizada do mundo político. Assim, o

liberalismo exibiu-se em Junho de 2013 como um "coringa ideológico", em virtude do legado multifacetado das várias correntes liberais, revelando-se como uma força de contornos variados e, por vezes, conflitantes.

Uma pesquisa divulgada no dia 24 daquele mês, realizada pelo então instituto IBOPE, tentava “capturar” o perfil dos manifestantes. Realizada em sete capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Brasília e Salvador) com manifestantes maiores de 14 anos no dia 20 – aquele que recebeu a maior mobilização nacional deste ciclo de protestos e revoltas. Segundo os realizadores da pesquisa, 46% das pessoas alegavam nunca ter participado anteriormente de manifestações, e 78% haviam se organizado através das redes sociais, confirmando percepções já difundidas por alguns analistas sobre os movimentos no desenrolar dos eventos.

A pesquisadora Ângela Alonso (2017, p. 50-55) identificou que ativistas autonomistas e socialistas, identificados à esquerda do governo liderado pelo PT, já estranhavam a presença de cidadãos sem ativismo prévio, inusuais em protestos até então e convocados por redes presenciais e virtuais. Em um cenário de difusão de demandas e performances, apareciam entre alguns destes “novos” manifestantes a crítica genérica ao Estado e à atividade política formal, presente na moral anticorrupção, na percepção persistente de um Estado-a-ser-enxugado e em elementos já encharcados de antipetismo. Estes manifestantes, nitidamente mais à direita, fortaleciam-se com um estilo de ativismo que permitia a difusão e a construção de camadas ideológicas distintas a partir dos mesmos espaços e movimentos de contestação. Esta situação não seria possível sem as transformações culturais culminantes no Brasil, já abordadas neste ensaio: o deslocamento de setores progressistas para a institucionalização (permitindo virarem “a situação”, a distância geracional entre os antigos militantes e parte das juventudes, a situação inédita do sucesso eleitoral de um partido de esquerda no país e o advento das novas tecnologias e da mobilização cibernética em *fanbases* e eventos, culminando na facilitação da adesão a um novo tipo de ativismo, que encontrava oportunidades e recursos para que indivíduos e grupos construíssem demandas e oposições ao governo petista e ao sistema político como um todo. Cabe ressaltar que um campo oposicionista ao governo petista bem estabelecido e organizado na sua base é posterior a 2013. Mas estavam lançados em Junho elementos para uma estruturação da oportunidade política de oposição fora da dimensão eleitoral-parlamentar; no campo do confronto político não-institucionalizado.



Afinal, o que teria levado tantas pessoas às ruas, especialmente aquelas diagnosticadas como pertencentes a uma classe média sem vínculos políticos formais a partidos, entidades de classe ou qualquer outra instituição prévia, e ao que tudo indica estando pela primeira vez em um protesto? Trata-se de uma pergunta difícil. As ciências humanas e sociais têm debatido incessantemente o que constrói a identidade política e motiva as pessoas a mobilizarem-se, no já conhecido dilema entre estrutura e agência. Havia muitos elementos de insatisfação em jogo naquele momento: a "questão urbana", as desigualdades socioeconômicas seculares do país, a insatisfação com o sistema político e os governos, um mal-estar com os canais de representação, a ausência de grandes utopias e de perspectivas de futuro, bem como a estagnação econômica que já aparecia no início dos anos 2010 após um grande ciclo de crescimento nacional. Finalizaremos este ensaio abordando uma mudança (também cultural), já nítida em Junho, no que se entende como *ativista*.

Repertórios de ação coletiva não se revelam apenas nas estratégias de confronto e em seu conteúdo ideológico mais aparente. Movimentos sociais, na perspectiva da Teoria do Confronto Político e de uma História do Tempo Presente, precisam ser compreendidos nas suas relações mais amplas com o processo político e nas relações que estabelecem entre o velho e o novo; entre o institucional e o não-institucional. Em Junho de 2013, ficou evidente a emergência de um ativismo flexível e mais individualizado, que não abandonava completamente as experiências de confronto anteriores (como os repertórios socialista/sindicalista ou as bandeiras patrióticas de defesa da ética na política, que reapareceram ao longo do mês). A multidão de indivíduos que saiu às ruas motivada pela indignação revelava diferentes correntes de visões de mundo, algumas seguindo o lastro de inovações conquistadas desde o final da Ditadura, apoiando-se no lastro de experiências construído desde os confrontos dos anos 1980; outras seguiam um caminho oposicionista, à direita do governo; outros revelavam entendimentos favoráveis ao liberalismo econômico e ao mérito individual; e havia, ainda, performances autoritárias, antipolíticas e antipartidárias.

Charles Tilly (2010), escrevendo nos anos 2000 pouco antes de seu falecimento, provocava uma indagação: com a globalização, a extensiva privatização das atividades governamentais e as tendências de despolitizar a sociedade civil, o movimento social, fruto de contextos de Estados centralizados, poderia desaparecer ou sofrer uma mutação para alguma forma de política totalmente diferente? Uma análise do rico material cartazes e fotografias de Junho de 2013 nos permite apontar que a imersão dos indivíduos nas ruas após a entrada

“madrugadora” do Movimento Passe Livre aconteceu em uma situação culturalmente facilitada para a mobilização e o confronto. Mas estes novíssimos “ativistas”, sem grandes elos entre si e não ser páginas compartilhadas da Internet e insatisfações difusas, demonstraram percepções pouco focadas sobre justiça social, solidariedade ou soberania coletiva. Embora estivessem agora por toda a parte, não tinham um programa político ou causas unificadoras, como tinham sido as “Diretas Já” e o “Fora, Collor”, as quais, a despeito das inúmeras pautas que levantaram, haviam construído consensos de expectativa e unidades programáticas mesmo dentro do confronto.

À medida em que o mês de Junho foi passando, as demandas e demonstrações de insatisfação se mostram focadas em um repertório de emoções e performances, baseado mais na denúncia de um mal-estar geral do que na proposição de políticas públicas. Focaram cada vez mais em uma percepção empática de que certos direitos humanos (supostamente universais) estavam sendo violados do que na construção de novas perspectivas societárias. Isto se acirra quando, a partir do dia 17 de junho, o repúdio ao uso de bandeiras e partidos se converte em uma enorme onda de intolerância aos projetos políticos organizados. Sinais contraditórios, simultaneamente de uma apatia diante das instituições políticas e um desejo de fazer política.

Baquero, Bernardi e Zorzi (2021) chamam a atenção para os impactos da Quarta Revolução Industrial, marcada pela disseminação acelerada da informação e dos dados. Os autores constroem uma tese interessante: de que a introdução de inovações tecnológicas sem projetos políticos coletivos ou horizontes alargados não significam desenvolvimento social. Sem uma educação política que prepare a população para a ação transformadora em uma democracia mais deliberativa e participativa, seguem os autores, a tendência é que ocorram turbulências democráticas em contextos de anomia/indiferença política e desafeto dos jovens com as instituições políticas. Nesta linha, poderíamos indagar em que medida uma generalização das relações mercantilizadas nas sociedades ocidentais e especialmente no Brasil contribuiu para moldar um ativismo pouco ancorado em aprofundamentos ideológicos ou perspectivas de futuro, que exalta os direitos individuais e a performance autonomista com pouca atenção a relações comunitárias ou princípios de solidariedade.

Junho de 2013, assim, apresentou um curioso paradoxo. Evidenciou uma facilitação cultural da mobilização, rompendo com pactos de consenso e negociação institucional, retransbordando as ruas de energia política talvez da forma mais amplificadora e rapidamente



mobilizadora que historicamente o país já viu. E o fez com insatisfações importantes e latentes: animando tanto uma “nova esquerda”, mais combativa, quanto manifestações, incomuns até então, de indivíduos e grupos à direita no espectro político, mais conservadores e/ou liberais. Mas bancou isto em um contexto de crescente atomização e individualização dos manifestantes, especialmente em suas últimas fases, distantes de horizontes ou projetos unificadores ou de ideais de solidariedade e coletividade. Seus repertórios trouxeram insatisfações históricas do país e estratégias de confronto já conhecidas e percebidas em ciclos passados de protestos de rua, mostrando dilemas antigos e persistentes (lembrando os repertórios socialistas e sindicalistas). No entanto, trouxeram novidades importantes, como um ativismo flexível, refratário à hierarquia, autonomista, simultâneo e facilitado em meio aos dilemas de uma Quarta Revolução Industrial. Há limites, contudo, no ensaio de História do Tempo Presente aqui empreendido. Continuaremos, assim como Charles Tilly, sem saber se os movimentos sociais sobreviverão, de fato, ao avanço da globalização e da tecnologias de dados; ou mesmo se a ideia de “movimento social” continuará aplicável ao século XXI. Afirmamos, ainda assim, que as formas de fazer política no âmbito do confronto continuam, a um só tempo, transformando-se rapidamente e reatualizando antigos dilemas da sociedade brasileira.

Referências

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos estudos**, p. 49-58, 2017.

_____. Repertório - história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, p. 21-41, 2012.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; ZORZI, Felipe B. O impacto da Quarta Revolução Industrial na estruturação da cultura política entre os jovens do Brasil. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, p. 11-38, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar 2013.

CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Revista Teoria e Debate**. 27 jun. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Ciclos de Protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundo Plurales: Revista latino-americana de Políticas y Acción Pública**. v. 6, p. 93-119, 2020.



_____. **Participação e Democracia no Brasil**: Da década de 1960 aos impactos pós- junho de 2013. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Os Direitos Humanos e a História. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 27, p. 525 - 560, 2019.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 18, n. 2, p. 191-204, 2016.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Estado e lutas sociais no Brasil (1989-2019)**. Porto Alegre: ODELA/UFRGS, 2019.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**: revista de cultura e política, p. 11-48, 2009.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Revista Plural**, v. 25, p 45-62, 2018

SINGER, André Vitor. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**. CEBRAP (Impresso), v. 97, p. 23-40, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a história**: novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica: 2014. P. 89-124.

TILLY, Charles. Invention, diffusion and transformation of social movement repertoire. In: **Identities, boundaries and social ties**. London: Paradigm. 2005.

_____. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.